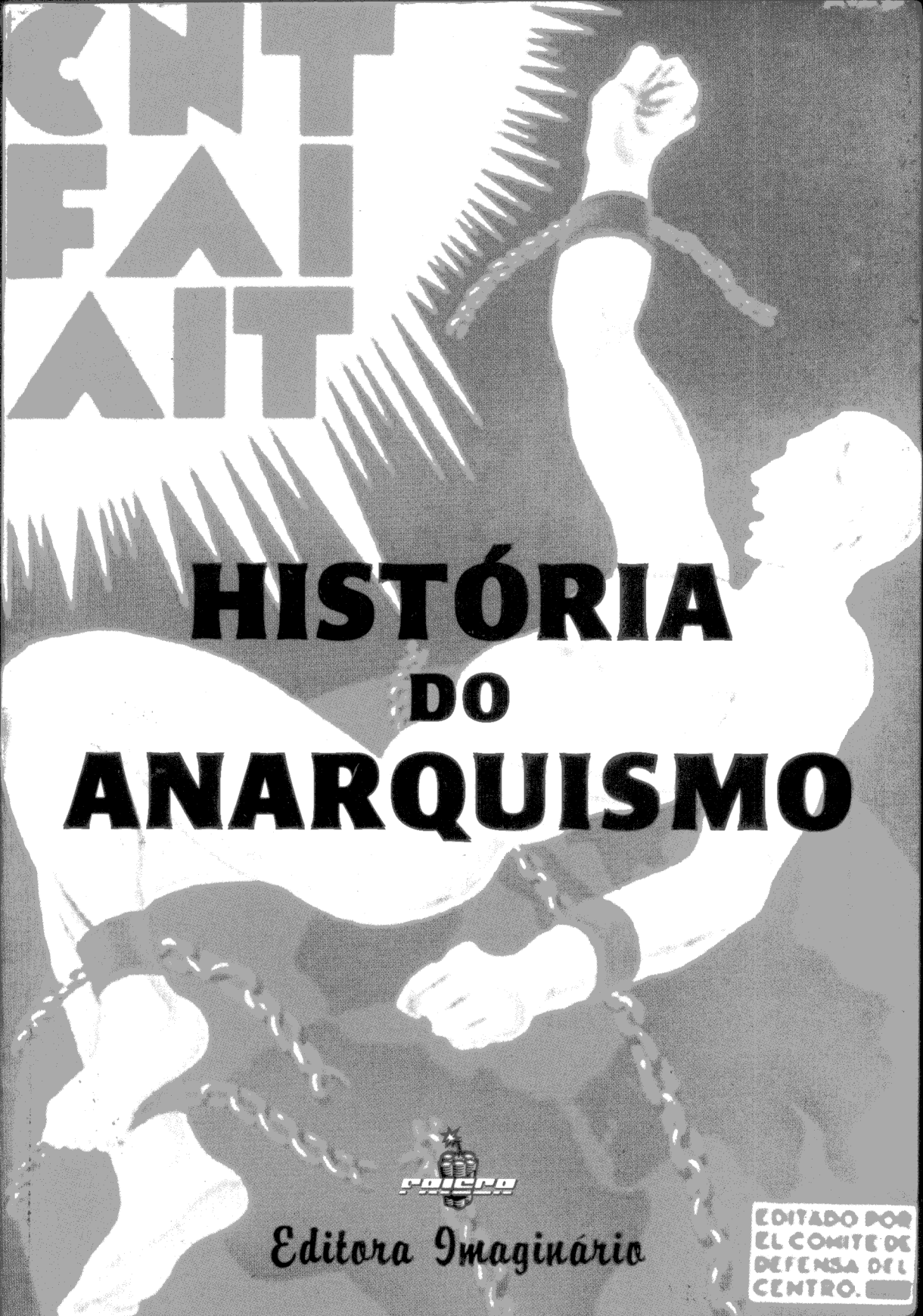


**CNT
FAI
AIT**



**HISTÓRIA
DO
ANARQUISMO**



Editora Imaginário

EDITADO POR
EL COMITE DE
DEFENSA DEL
CENTRO.

SUMÁRIO

À guisa de introdução
Uma memória para o futuro
7

Das recusas essenciais
15

Bakunin e a Primeira Internacional
31

A cisão da Internacional
51

Dos atentados ao sindicalismo revolucionário
No tempo dos atos
55

A época das realizações
As Revoluções sociais
107

1936, a Revolução espanhola
133

O caso Sacco e Vanzetti
149

O movimento libertário francês
153

Maio de 68
163

O Anarquismo no Brasil
171

ABOLISSONS LES PRIVILEGES



À guisa de introdução Uma memória para o futuro

Desde há alguns anos, suas bandeiras (negras ou rubro-negras) flutuam novamente nas manifestações. Seus militantes estão cada vez mais presentes nas lutas e nos movimentos sociais. Suas rádios, seus jornais, suas revistas, suas livrarias, suas editoras, seus livros, suas brochuras... perturbam as idéias vigentes e fazem nascer outras novas. As reuniões públicas, conferências, colóquios... que eles organizam, em seus locais, fazem-se a cada dia mais numerosos e passam cada vez menos despercebidos. Suas organizações específicas, seus sindicatos, as diferentes alternativas que eles animam, saem pouco a pouco da confidencialidade.

Seu número (crescente), sua seriedade (nunca destituída de humor), sua coragem (incontestável), sua intransigência (enervante), sua maneira de ser (nos antípodas da aparência), sua revolta (permanente), seus princípios (fascinantes), suas palavras de ordem (radicais), suas proposições (evidentes), seus sonhos (emocionantes)... interpelam até o mundinho da reflexão política e seduzem, inclusive, alguns corações puros, cansados da verborrêia da esquerda-caviar, da ecologia governamental, do comunismo de memória curta, do esquerdismo que também quer sua parte do bolo...

Sempre presentes, às vezes, tomando a iniciativa, lutam lado a lado com todas as tribos dissidentes que erguem alto a bandeira da revolta contra o capitalismo, e ainda têm, colada ao corpo, a esperança em um mundo de liberdade, igualdade e apoio mútuo.

Em resumo, neste começo de século 21, os anarquistas, que muitas vezes foram tidos como mortos ou encerrados em quimeras de uma outra época, estão de volta! E anunciam a cor!

As opressões de todos os tipos (política, econômica, social, militar, religiosa, sexual...), lixeira! As desigualdades de todos os tipos (tomam as mesmas e recomeçam), lixeira! As explorações de todos os tipos (retomam as mesmas e recomeçam), lixeira! Os patrões, os governos, os policiais, os curas, os militares, os fundos de pensão, os especuladores, os banqueiros, as multinacionais, os capitalistas, os arrivistas da burocracia, os empregados voluntários de todos os pequenos poderes, os doutores Strangelove da destruição da terra, os acadêmicos de merda da ópera-bufa, os pilantras do reformismo, os doentes pelo poder, os abutres da propriedade e da herança, os negociantes de tudo e de nada, os últimos imbecis do direito do sangue e da lei do mais forte... lixeira! Expropriação e demissão sem indenização! Tudo e imediatamente! Partilha das riquezas, não da miséria! Autogestão generalizada, aqui e agora!

O estado atual da técnica e da ciência oferece ao conjunto dos habitantes do nosso planeta os meios para alimentar, alojar, educar e fazer acessível a cultura a todos os seres humanos. Viver entre iguais (portanto, sem patrões nem hierarquias...), associar-se libertariamente entre iguais (portanto, sem Estado nem burocracia), apoiar-se mutuamente entre iguais (portanto, sem mercado nem lucro), saciar sua fome e morar decentemente, vestir-se corretamente, inebriar-se de artes e letras (portanto, consagrando ao trabalho produtivo apenas um mínimo de tempo), respeitar o meio-ambiente... é não só possível como dia após dia necessário, exceto para os resignados à barbárie que se anuncia.

Os anarquistas são os únicos, hoje, a sustentar este discurso repleto de bom senso.

Um discurso cujo bom senso se sustenta, talvez, por ter levado um século e meio para construir-se!

Os anarquistas não caem do céu

O anarquismo, como aspiração a valores (recusa das opressões e da explorações de todos os tipos, aspiração a relações sociais igualitárias favorecendo o desenvolvimento das liberdades individuais e coletivas...),

existe desde tempos remotos, pois ele cola literalmente à pele de um humano eterno que tem medo de morrer e deseja viver.

O anarquismo, como elaboração de um projeto global de sociedade, como movimento social e organização militante, data, por sua vez, de um século e meio.

Proudhon, Bakunin, a guerra de faca no seio da Primeira Internacional entre duas concepções do socialismo (autoritário e antiautoritário, estatista e federalista, eleitoralista e atores da ação direta, obcecados pela tomada do poder e partidários da autogestão generalizada...); os cravos vermelhos da Comuna de 1870; a edificação das primeiras catedrais do movimento operário que foram as Bolsas do Trabalho e as Casas do Povo; a constituição, pedra a pedra, dos primeiros sindicatos como instrumentos e armas de uma vontade de transformação social radical; as primeiras experiências de educação popular nas associações operárias; os primeiros passos de uma educação libertária (com o orfanato de Cempuis de Paul Robin, La Ruche de Sébastien Faure, as escolas modernas de Ferrer); as primeiras lutas pelo direito ao aborto, à contracepção e à união livre; os primeiros grupos esperantistas, vegetarianos, naturistas, ecologistas; o ímpeto, quebrado categoricamente, de uma vontade de impedir a carnificina da I Guerra Mundial; o engajamento, nas primeiras fileiras, no campo da revolução russa; a Ucrânia libertária esmagando os exércitos brancos de Denikin e salvando, desse modo, a revolução de 1917; o combate dos marinheiros de Kronstadt por uma terceira revolução (que deveria suceder-se à revolução burguesa e ao golpe de Estado bolchevique); o canto de cisne dos conselhos operários da Baviera e de Turim; a criação de uma Internacional antiautoritária; as grandes lutas operárias entre as duas Grandes Guerras na Bélgica, na Alemanha, na Itália, na Argentina, na Espanha e alhures; a trovoadas da mais importante revolução social de todos os tempos em julho de 1936, na Espanha; o grande sopro libertário de uma primavera demasiado breve em 1968; uma travessia do deserto até estes últimos anos, a Federação Anarquista Francófona, a C.N.T.; as alternativas sociais, a renovação libertária atual... tudo isso forma um todo. Uma continuidade. Uma história a nenhuma outra comparável. Uma epopéia cujas rosas nunca murcharam.

O caminho se faz caminhando

O fato de possuir tal história constitui uma vantagem segura para o movimento libertário desse fim de século.

É, com efeito, na duração que as coerências são avaliadas e julgadas. E esta do ideal libertário, sem qualquer dúvida, não se fez em um dia.

Nossa história, e é o que a torna viva e atual, sempre foi multivocal, a cem nuances e a mil tateios.

Impossível, pois, referir-se a ela como a um catecismo, mitificá-la ou adulterá-la.

Neste sentido, é uma história que está em permanente porvir. Que se apóia sobre alguns grandes princípios e conjuga-os no único momento que vale, o da experimentação. Que será sempre inacabada.

Nosso ódio pelo capitalismo, pelo Estado, pelo reformismo, pelo eleitoralismo, pelos patrões, pelos curas, pelos militares, pelas vanguardas autoproclamadas, pelos pequenos marqueses da gestão do existente, pelas ditaduras cáquis ou vermelhas... forjou-se no fogo dos fatos e de sua repetição. Nossa paixão por uma liberdade dos outros ampliando aquela de cada um ao infinito é uma longa história de amor e desamor. Esse outro futuro que temos em nosso coração enraizou-se sempre na obsessão por um outro presente.

Nossa história (o que quer que pensem os historiadores e os integristas que nos prejudicam até em nossas fileiras), embora ela não esteja isenta de algumas páginas amareladas e datadas, tem de extraordinário o fato de se querer um grande livro aberto sobre as páginas brancas do presente e do futuro.

Nossa história, é claro, por já ter sido escrita, e de que maneira, permanecerá sempre... a viver!

Aqui, acolá ou algures, é comum dizer e ouvir dizer que os anarquistas não são pessoas ruins, mas que lhes falta cruelmente realismo. Justamente, falemos de realismo!

Desde o final do século XIX os anarquistas denunciavam as quimeras dos socialistas reformistas da gestão do menos pior e o regime ditatorial dos pequeno-burgueses de um marxismo autoproclamado científico.

E o que fizeram os socialistas reformistas desde há um século e meio a não ser gerir o insuportável e o intolerável do capitalismo?

E o que fizeram os, por assim dizer, poços de ciência do marxismo a não ser fazer pior do que os piores capitalistas e outros fascistas da atualidade, a ponto de construir um fascismo vermelho, e favorecer, sobre seus túmulos, o crescimento de plantas venenosas do nacionalismo e do obscurantismo religioso?

O que fizeram toda essa gente e todas essas ideologias que sempre nos explicaram que o caminho mais curto conduzindo do intolerável à esperança socialista era... a linha curva?

150 anos de história estão aí para testemunhar seus fracassos.

E 150 anos de história estão aí para testemunhar a pertinência das chamadas “utopias anarquistas”!

Utopista quer dizer que durante a comuna de Paris...? Utopista quer dizer que, em 1917, todo o poder devia ir aos soviets? Utopista quer dizer que a liberdade e a igualdade não passam pelos impasses do gulag? Utopista quer dizer que o Estado é uma classe social “em si”? Utopista quer dizer que não se chega à liberdade e à igualdade senão pelo exercício da liberdade e da igualdade? Utopista quer dizer que não se pode fazer pior que o intolerável do momento e que não há qualquer interesse em acomodar-se a ele? Utopista quer dizer e demonstrar que a autogestão generalizada é possível e que funciona desde que gente como Franco, Lister, Trotski ou Lenin não venham destruir uma esperança em atos? Utopista quer dizer que o fim está contido nos meios?

Então, estamos de acordo!

Quem dos visionários ou outros precursores da nova educação, do direito ao aborto e à contracepção, da evidência de legar às gerações futuras uma Terra que não seja uma lixeira, da inanidade de uma transformação reformista do intolerável, do inaceitável das ditaduras vermelhas... ou dos *harkis** socialistas e dos marxistas autoritários, diz respeito à utopia?

* Harki: militar indígena da África do Norte que servia em uma milícia supletiva (uma harka) ao lado dos franceses.

Com toda certeza, fizemos as coisas progredirem na história dos seres humanos mais do que esses chefetes de todos os compromissos e de todos os comprometimentos.

Por isso, a memória dos vencidos, que parece ser a alma de nossa história, não se resume, talvez, senão em uma ausência de memória?

Esta obra, que gostaria que se dirigisse a um vasto público, não tem outra ambição senão aquela de dar a vocês vontade de conhecer mais!

Vocês o desejariam?

Esta sempre foi, é e será a questão!

Éditions du Monde Libertaire,
Jean-Marc Raynaud

Éditions Alternative Libertaire,
Roger Noël

HISTÓRIA DO ANARQUISMO



Das recusas essenciais

A luta coletiva ou a luta isolada contra a autoridade define a própria essência do anarquismo, essa Autoridade podendo ser tanto o Estado (coação política) quanto o Capital (coação econômica) ou a Religião (coação moral). Assim, não nos surpreendemos quando vemos certos autores anarquistas descobrirem nas primeiras eras da humanidade os precursores do Anarquismo. A existência da Autoridade é, com efeito, inseparável da existência de todo grupo humano. A recusa da autoridade é um fenômeno muito antigo. Lao Tsé, seis séculos antes de Cristo, dizia em seu *Livro do Caminho e da Virtude*: “Quanto mais numerosos são os decretos, mais a plebe é pobre. Quanto mais leis há, mais ladrões existem”.

Das origens a Proudhon

Prometeu, Satã, Jesus, Epíteto, Diógenes podem ser considerados como anarquistas? Segundo Ernest Armand,

Jesus de Nazaré é o tipo do Emancipador integral... É o Revoltado consciente, o incorruptível... Igualitário, ensina a seus discípulos que entre eles não há servidores nem amos. Libertário, lembra que o Espírito sopra onde quer e recomenda não chamar ninguém de “amo”.

De fato, querer integrar na “linhagem anarquista” todos os revoltados equivale a confundir a história da anarquia com a história da humanidade. Nessa perspectiva, as *jacqueries* e os movimentos populares (tais como o movimento comunal dos séculos X e XI ou a sublevação dos



hussitas da Boêmia no século XV deveriam ser creditados ao ativo do espírito libertário.

Vários escritores mereceriam, então, o qualificativo de anarquista. E a célebre abadia de Thélème seria um dos locais memoráveis da anarquia, abadia onde toda a vida dos religiosos

era empregada não por leis, estatutos ou regras, mas segundo seu querer e franco arbítrio. Levantavam-se do leito quando bom lhes parecia, bebiam, comiam, trabalhavam, dormiam quando o desejo chegava-lhes... Em sua regra só havia este preceito: "Faz

o que quiseres".

Os filósofos do século XVIII, Diderot, Voltaire, Jean-Jacques Rousseau... que contribuíram amplamente ao estremecimento e à ruína do Antigo Regime e desenvolveram as idéias de liberdade, justiça, igualdade, encontrariam um lugar de destaque na antologia desse anarquismo universal; igualmente Jean Meslier, cura de Etrépigny, de 1689 a 1729, que deixa em seu *Testamento* uma pintura da sociedade ideal:

Os homens deveriam todos igualmente possuir e desfrutar em comum de todos os bens e de todas as riquezas da terra... Se os homens comessem sabiamente entre si os frutos de seus trabalhos e de sua indústria, partilhassem igualmente os bens da terra, eles teriam suficientemente motivos para viver todos felizes e contentes... Assim, não haveria mais inquietação pelo necessário da vida, fim de processos, fim de ódios, fim de invejas, fim de ludíbrios, fim de roubos, fim de assassinatos, fim de latrocínio para tirar do próximo o que ele possui e que nos falta.

Na mesma ótica, certos grupos revolucionários dos anos 1793-1795 trabalharam pela realização de princípios tipicamente anarquistas. Em plena crise da primavera de 1793, os *Enragés*, com Jacques Roux e Varlet, combatem a Convenção, reclamam a taxaço e a requisição dos gêneros de primeira necessidade, denunciam "o despotismo senatorial, tão terrível quanto o cetro dos reis". Os *sans-culotte* reivindicam o direito à insur-

reição, conseqüência extrema de uma soberania popular cara a Jean-Jacques Rousseau; para eles, "o soberano" são eles próprios.

Termo de insulto ou reconhecimento de uma força evidente, lançam-se, então, o termo "anarquista", que figura em bom lugar na canção popular "Sermão de um honesto cura".

Os precursores

Mas a influência da Revolução francesa já se faz sentir nos países europeus, na Inglaterra, por exemplo, onde o jovem William Godwin entusiasma-se.

Para Godwin, cada homem traz consigo a razão; essa razão, idêntica em todos os indivíduos, substitui vantajosamente toda lei. Cada um é, pois, seu próprio legislador. Devem, por conseqüência, ser abatidas todas as forças que oprimem nossa razão: as instituições, de um lado, os instintos humanos que perturbam essa razão, de outro.

O reinado da Razão substitui desde logo o direito e as leis coatoras:

Enquanto a pessoa estiver presa nas redes da obediência, e acostumada a regular seus passos naqueles de outra pessoa, sua razão e sua inteligência permanecerão infalivelmente adormecidas. O reinado da Razão abolirá igualmente o Estado, o governo, mal absoluto, pois é a abdicação de nosso próprio juízo e de nossa consciência.

A razão elimina, enfim, a propriedade privada que "afoga a maioria dos homens em preocupações sórdidas".

O Estado tendo desaparecido, a Sociedade subsiste contudo. "Nasce de nossas necessidades", essa sociedade será fracionada em múltiplas pequenas paróquias onde os homens se ocuparão em pesquisas intelectuais. O trabalho manual será reduzido à sua mais simples expressão: meia hora por dia. As disputas entre particulares serão reguladas por um júri, e as disputas entre sociedades por assembleias nacionais; júri e assembleia aplicarão simplesmente os preceitos ditados pela razão.

É a violência que instalará essa era de ouro? De modo algum. O objetivo será alcançado pela educação mútua. Assim, conversações de homem

a homem trarão progressivamente o reinado da verdade, o esplendor de uma cidade liberada da morte. A Inglaterra, ao menos em seus salões e seus intelectuais, apaixonou-se pelas idéias de William Godwin. Wordsworth e Coleridge pensam em determinado momento em realizar na América a cidade maravilhosa descrita por Godwin. Para um público mais vasto em 1794, Godwin difunde, por sinal sob forma de romance, o essencial de suas teorias. Sua corajosa defesa de democratas britânicos, injustamente condenados, aumenta ainda mais o prestígio do escritor. Mas o esquecimento de Godwin e de suas idéias acompanha rapidamente a hostilidade que o povo inglês manifesta então contra a Revolução francesa. À partir daí o profeta torna a ser um homem. Ele que denunciou o casamento como a pior das leis, casa-se duas vezes! Pressionado pela necessidade, não cessa de escrever, humilha-se pedindo dinheiro, inclusive de Shelley, amante de sua filha Mary. E é sob o traje de um muito oficial porteiro do Ministério das Finanças que o ex-inimigo do Estado passa os quatro últimos anos de sua vida.

Max Stirner, o individualista (1806-1856)

Johann Kaspar Schmidt nasceu em 25 de outubro de 1806, em Bayreuth, na Baviera. Muito cedo órfão de um pai fabricante de flautas, abandonado por sua mãe que tornou a casar-se, Johann conseguiu, contudo, realizar estudos universitários. Impressionados com a extensão de

William Godwin (1756 - 1836)

Nascido em 3 de março de 1756, no Condado de Cambridge, esse filho de pastor recebeu ainda criança uma educação muito austera. Nomeado pastor no Condado de Hertford, é então seduzido pela filosofia de Rousseau, Mably, Helvétius. Após ter abandonado o ministério religioso e desertado toda fé religiosa, publica em fevereiro de 1793 (a obra que consagra em toda a Inglaterra sua notoriedade): *Investigações relativas à justiça em política e sua influência sobre a virtude e a felicidade universal*.

sua frente (em alemão *stirn*), seus condiscípulos colam-lhe o apelido que ele utiliza mais tarde como pseudônimo: *Stirner*.

Aos 28 anos, enfrenta o exame *pro facultate docendi*, mas não logra êxito na obtenção do título de doutor de Estado. Em Berlim, uma instituição privada para moças aceita os serviços desse jovem professor, viúvo após seis meses de casamento, e que vive naquele momento com uma mãe louca. À noite, após seus cursos, Stirner freqüenta a taverna de Hoppel, onde se reúne ruidosamente a “Liga dos Livres”. Segundo E. Armand:

Entre os Livres discutia-se de tudo e sobre tudo: sobre a política, sobre o socialismo, sobre o anti-semitismo, sobre a teologia, sobre a noção de autoridade.

Sob a fumaça dos longos cachimbos e no rumor das canecas de cerveja, Stirner, “tranquilo inimigo de toda coerção”, dizia Engels, sempre um pouco apartado do burburinho e dos gritos, não permanece insensível aos encantos de Maria Dänhardt, que se torna sua segunda esposa em 1843. Em 1844, Stirner publica um livro, seu único livro: *O Único e sua Propriedade*. De saída, é o triunfo. Mas logo sobrevém a miséria. A direção do instituto de moças julga oportuno afastar-se de um professor tão original. Trabalhos obscuros de tradução, a fundação de uma leiteria, que fracassa, não conseguem salvar Stirner das garras dos credores. Após dois anos na prisão, morre esquecido em 25 de junho de 1856.

É preciso aguardar os trabalhos do escocês educado na Alemanha, John Henry Mackay, ao final do século XIX, para que o nome e a obra de Stirner ressuscitem e assumam um lugar de destaque na história do anarquismo. *O Único e sua Propriedade* é, com efeito, segundo a expressão de Victor Basch, “a Bíblia do Anarquismo individualista ou do individualismo anarquista”. Como toda Bíblia, só revela seu segredo ao final de uma lenta meditação.

Inversamente a Feuerbach, que erige o Homem ou a Humanidade em absoluto, Stirner vê no eu individual, o eu em carne e osso, o supremo valor:

Por que preciso realizar o humano em geral? Minha tarefa é contentar-me em bastar-me. Sou Eu que sou minha espécie. Sou sem regra, sem lei, sem modelo.

Assim, é fundamental livrar o indivíduo de toda essa ganga de alienações que as Igrejas, as Leis, o Estado, a burguesia liberal, edificaram no decorrer dos séculos. Ao final da empresa purificadora, O Único vê como sua propriedade tudo o que se oferecia a ele; só reconhece um único direito: o direito a seu bem-estar.

A vida social só é possível e válida pela associação voluntária embasada em um contrato resilível. Essa associação de “egoístas” (ego=eu) proporcionará, com efeito, mais fruições e bem-estar do que uma vida solitária. O individualismo resulta assim no associacionismo livremente consentido.

Alguns dos grandes temas do anarquismo são pincelados com uma firmeza que o leitor não poderia esquecer.

Proudhon, o filho do povo

Proudhon é o único teórico “socialista” oriundo da classe operária. Esse quinto filho de uma cozinheira e de um tanoeiro de Besançon conhece uma juventude difícil. Uma bolsa de externo no Collège de Besançon permite-lhe empreender seus estudos clássicos. Aos 18 anos, para sustentar sua família, deve trabalhar como tipógrafo, conhece o desemprego, busca trabalho de cidade em cidade, o que não o impede de aprender hebreu, nem de estudar a Bíblia, a teologia, a lingüística. Aos 29 anos obteve seu *baccalauréat**. Uma bolsa alocada pela Academia de Besançon permite-lhe ir para Paris, onde segue os cursos do Collège de France e da École des Arts et Métiers.

Em 1839, publica sua primeira obra *De la célébration du dimanche*. Em 1840, *Qu'est-ce que la Propriété?* torna-o célebre no mundo inteiro. Karl Marx não hesita em escrever em *A Sagrada Família* que essa obra “tem para a economia social moderna a mesma importância que a obra de Sieyès, *Qu'est-ce que le Tiers-État?*, para a política moderna.” Seu livro é o manifesto científico do proletariado francês.

* Baccalauréat: diploma ao final do curso secundário que possibilita o ingresso na universidade. (N.T.)

Excertos de O Único e sua Propriedade

Deus e a humanidade não puseram sua causa em outra coisa senão neles próprios. Da mesma forma, ponho minha Causa em mim mesmo, eu que, tanto quanto Deus, sou o nada de todos os outros, eu que sou meu tudo, eu que sou o Único. O que é bom, o que é mau? Sou eu mesmo minha Causa, e não sou nem bom nem mau. Nem um nem outro tem um sentido para mim.

O divino é a Causa de Deus; o humano é a causa do homem. Minha causa, não é nem o divino nem o humano, ela não é o Verdadeiro, o Justo, a Liberdade etc... ela é apenas o Meu; não é geral, é Única, como sou Único.

Para mim, não há nada acima de Mim.

O Estado só tem um objetivo, limitar, atar, subordinar o indivíduo, sujeitá-lo à coisa geral; ele só dura enquanto o indivíduo não tem sua plenitude e é apenas a expressão limitada de meu eu, minha limitação, minha escravidão...

O Estado quer fazer algo dos homens, e por isso o homem é no Estado algo de artificial, de fabricado...

O partido não é nada além de um Estado no Estado, e nessa colmeia menor a “paz” deve reinar bem como na maior... Não é contra o Estado, mas contra o indivíduo que vêm chocar-se e quebrar-se todos os partidos... Mas os seres únicos pertencendo-se exclusivamente são um partido? Como poderiam pertencer-se exclusivamente se eles pertencessem a um partido?

Julgado pelo Tribunal de Doubs por tripla acusação de ataques contra a propriedade, incitação ao ódio e ultraje à religião, sua absolvição não o salva das dificuldades financeiras. Deixa Paris e segue para Lyon, onde seus amigos, os irmãos Gauthier, oferecem-lhe um emprego em sua empresa de transportes. Frequenta revolucionários “mutualistas”, publica em 1843 *La Création de l'Ordre dans l'Humanité* e, em 1846, *Sistema das Contradições Econômicas* ou *A Filosofia da Miséria*. Esta última obra acarreta a ruptura entre Proudhon e Karl Marx.

De volta a Paris, Proudhon dirige, fins de 1847, o jornal *Le Peuple*. É eleito deputado na Assembléia Constituinte de 1848. Desenvolve na tribuna da Assembléia uma proposta de lei que amplia seu primeiro projeto:

- que os proprietários consintam a redução durante três anos de um terço do montante dos aluguéis e dos arrendamentos devidos pelos desempregados.

- Para reanimar a vida econômica, ele reivindica, com efeito, a gratuidade da circulação dos capitais. Por 691 votos contra dois, uma ordem do dia condena o projeto de lei como “um atentado odioso aos princípios da moral”. O próprio Louis Blanc vota com a maioria. Só o *canut** lionês Greppo junta sua voz àquela de Proudhon.

Em novembro de 1848, Proudhon é um dos trinta opositores à Constituição, votada por 739 votos. Em março de 1849 ele é condenado a três anos de prisão por ofensa ao Presidente da República (de 7 de junho de 1849 a 4 de junho de 1852) e encarcerado em Sainte Pélagie. Lá escreve *Confessions d'un révolutionnaire, L'idée générale de la Révolution au XIXe siècle* e *La Philosophie du Progrès*. Durante sua permanência em

* Canut: tecelão da seda em Lyon (N.T.)

Pierre-Joseph Proudhon
(15 de janeiro de 1809 - 19 de janeiro de 1865)

Todos os teóricos libertários não cessaram de reivindicar Proudhon como seu inspirador, de ver nele o verdadeiro pai da Anarquia. “Mas”, observa Jean Maitron, “a riqueza, a complexidade e, inclusive, as contradições de seu pensamento são tais que os grupos mais diversos apelaram ao seu patronato. Independentemente dos anarquistas, alguns monarquistas, sindicalistas puderam reivindicar (com ou sem razão) Proudhon”. Embora evocando a vida de Proudhon, é importante apreender muito bem a originalidade da doutrina proudhoniana, perceber em que sentido esse pensamento foi a primeira expressão da doutrina anarquista.



Proudhon e suas filhas, por Gustave Courbet.

Sainte Pélagie, casa-se com uma jovem e pobre operária; ao lado de Euphrasie Piégard, Proudhon não cessará de experimentar as alegrias tranqüilas de uma vida familiar feliz imortalizada pelo quadro de Gustave Courbet, *Proudhon e suas filhas*.

Vendo em Louis-Napoléon apenas um “infame aventureiro, filho adúltero da filha de Joséphine, filho e neto de prostitutas, inepto, incapaz...”, ele não é, contudo, incomodado ao sair da prisão. Mas em 1858 seus quatro volumes intitulados *De la Justice dans la Révolution et dans l'Église*, valem-lhe novos processos. É condenado a três anos de prisão e 4.000 francos de multa. Foge para a Bélgica, instala-se em Bruxelas sob o nome de Dürfort, professor de matemática, em companhia de sua mulher e suas filhas. Em condições difíceis, continua seu trabalho de reflexão, e publica, em 1861, *La Guerre et la Paix*. Beneficiando-se de uma anistia, retorna à França, instala-se em Passy e, antes de sua morte (1865),

encontra a coragem de redigir dois importantes livros: *Do Princípio Federativo e da necessidade de reconstituir o partido da Revolução* e *Da capacidade Política das classes operárias*.

A doutrina política

Proudhon quer antes de tudo emancipar e regenerar o operário pela recuperação de seus instrumentos de produção. É, pois, inimigo do capital, adversário do Estado, hostil a todo poder.

A denúncia do reinado da Autoridade é uma das constantes do pensamento proudhoniano, sobretudo nos anos que vêm a ascensão e a implantação do regime bonapartista (1850-1855). Escreve Proudhon em *O que é a propriedade?*:

Contam que um burguês de Paris do século XVII, tendo ouvido dizer que em Veneza não havia rei, esse senhor ficou completamente estupefato e pensou morrer de rir ao tomar conhecimento de algo tão

Contemporâneos libertários de Proudhon

- **Anselme Bellegarrigue**: nasceu entre 1820 e 1825 no sudoeste da França. Visita a América do Norte; participa em 1848 da derrubada da Monarquia de Julho; cria em 1850 *L'Anarchie, journal de l'ordre* desprovido de leitores.
- **Ernest Coeurderoy (1825-1862)**: filho de um médico borguinês republicano; interno dos hospitais de Paris; republicano, socialista, anarquista. Após 1849, leva uma vida errante pela Europa. Difunde sobre a fraternidade dos povos e contra a autoridade, múltiplas obras, dentre as quais, *Hurrah!!! Ou a Revolução pelos Cossacos*.
- **Joseph Déjacque (1821-1867)**: socialista internacionalista emigrou para Londres, depois para os E.U.A.; redige *Le Libéraire*; evoca um comunismo anarquista.

ridículo. Tal é o nosso preconceito: todos, enquanto existimos, desejamos um chefe ou chefes.

A seus jovens leitores, que reconhecem nele um republicano, Proudhon não hesita em responder:

Sou anarquista... Acabais de ouvir a minha profissão de fé séria e longamente refletida; conquanto muito amigo da ordem, eu sou, com toda a força do termo, anarquista.

A anarquia, portanto, nada tem a ver com a desordem ou o caos. A anarquia “forma de governo da qual nos aproximamos todos os dias”, essa “ausência de amo, de soberano” é, será o resultado da evolução das sociedades: à medida que ocorrerem progressos da reflexão, da observação, da ciência, o homem acabará por compreender que

reis, ministros, magistrados e povos, como vontades, nada são para a ciência e não merecem qualquer consideração.

Assim,

a autoridade do homem sobre o homem está em razão inversa do desenvolvimento intelectual ao qual essa sociedade chegou.

Desse modo, fim das leis;

não reconheço nenhuma; protesto contra toda ordem que agrada a um poder sustentar a necessidade de impor-se a meu livre arbítrio. Leis! Sabemos o que elas são e o que valem. Teias de aranhas para os poderosos e os ricos; cadeias que nenhum aço poderia cortar, para os pequenos e os pobres; redes de pesca nas mãos do Governo.

Além do mais, a abundância, a inflação permanente de leis votadas pelas sucessivas assembleias permitem a alguém se localizar em semelhante “labirinto”? Sobretudo, o modo de confecção das leis impede todo cidadão consciente conceder-lhe o menor crédito que seja:

A lei foi feita sem a minha participação... O Estado não trata absolutamente comigo; ele nada permuta; extorque-me. A recusa das leis conduz naturalmente àquela da justiça feita pela sociedade.

Só o homem tem o direito de julgar... A justiça é um ato da consciência, essencialmente voluntário; ora, a consciência não pode ser julgada, condenada ou absolvida senão por si mesma.

Isso implica a supressão total e definitiva dos tribunais.

Quanto ao sufrágio universal, este é incapaz de discernir os mandatários preocupados com os interesses do povo! O povo, "tal como revela-se no fórum, nas urnas do escrutínio", é, com efeito, incapaz de reconhecer os mais virtuosos e os mais capazes; a escolha de Louis-Bonaparte é, em relação a isso, edificante. E, sobretudo,

por que eu precisaria de mandatários, tanto quanto de representantes? E, visto que devo precisar minha vontade, não posso exprimi-la sem o auxílio de quem quer que seja?

Tendo feito tábula rasa da Autoridade exprimida pelo Estado, pela Igreja ou pelo Capital, Proudhon entrevê sob os raios da Justiça, "astro central que governa todas as sociedades", as grandes características da sociedade futura surgida da revolução social. O sistema federativo é para ele a única síntese válida entre a autoridade e a liberdade. No federalismo, o livre contrato substitui-se, com efeito, às leis impostas:

Quem diz liberdade, diz federação, ou não diz nada. Quem diz república, diz federação, ou não diz nada. Quem diz socialismo, diz federação, ou ainda não diz nada.

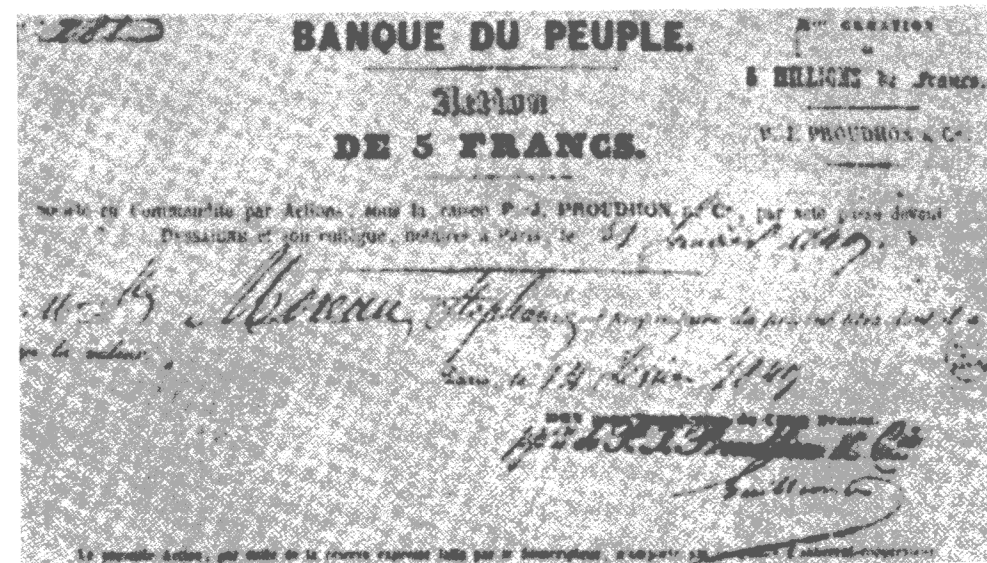
O federalismo político, ao eliminar a razão de Estado, limita o poder central em proveito dos grupamentos e poderes locais; realiza, assim, a necessária descentralização. Descentralização tanto mais exitosa quanto mais reduzidos forem os grupamentos ou Estados federados.

No plano econômico, Proudhon vê a liberação dos produtores e dos consumidores com o advento do *mutualismo*, *mútuo* sendo sinônimo de "recíproco", "reciprocidade". A organização do trabalho deve operar-se fora do poder e sem recorrer ao capital.

A oficina deve substituir o governo. O cidadão sucedeu ao homem honesto, o produtor vai suceder ao cidadão.

Aqui os trabalhadores agem por sua própria iniciativa, certos de perceberem salários justos, seguros de consumir produtos que oferecem toda garantia. A fim de abolir "a realeza do dinheiro" e criar "a igualdade entre os produtos", Proudhon dedica-se em vão a fundar um banco de troca, depois um Banco do Povo, utilizando, no lugar do numerário, bilhetes de crédito ou bônus de trabalho, e praticando a gratuidade dos empréstimos ou do desconto.

Graças a essas estruturas originais, o poder parte doravante de baixo; o governo ou comissão executiva central (sempre revogável) é eleito por uma delegação legislativa escolhida pelos grupos locais. O indivíduo torna-se o único senhor de sua existência. O acordo do interesse de cada um com o interesse de todos realiza a Revolução.





O TEMÍVEL PROUDHON

Trazido das florestas da Hircânia, o mesmo que se nutre de proprietários vivos, que come os oficiais de justiça e outros objetos mais duros, e que será desamordado nesta única apresentação.

Caricatura de Cham em *Assemblée Nationale Comique*, de Auguste Lireux, 1850.

Uma acusação impiedosa

Ó personalidade humana! Como é possível que durante sessenta séculos tenhas estagnado nessa abjeção? Tu te dizes santa e sagrada, e não és senão a prostituta, infatigável, gratuita de teus lacaios, de teus monges e de teus mercenários. Tu o sabes, e sofres por isso! Ser GOVERNADO é ser vigiado, inspetado, espionado, dirigido, legiferado, regulamentado, acantonado, doutrinado, evangelizado, controlado, estimado, apreciado, censurado, comandado, por seres que não têm nem o título, nem a ciência, nem a virtude... Ser “governado” é ser a cada operação, a cada transação, a cada movimento, anotado, registrado, recenseado, tarifado, selado, tosado, cotado, cotizado, patenteado, licenciado, autorizado, apostilado, admoestado, impedido, reformado, repreendido, corrigido. É, sob pretexto de utilidade pública e em nome do interesse geral, ser utilizado, modelado, extorquido, explorado, monopolizado, achacado, espremido, mistificado, roubado; depois, à menor resistência à primeira palavra de queixa, reprimido, multado, vilipendiado, vexado, perseguido, brutalizado, abatido, desarmado, garroteado, aprisionado, fuzilado, metralhado, julgado, condenado, deportado, sacrificado, vendido, traído, e, por cúmulo, ridicularizado, enganado, ultrajado, desonrado. Eis o governo, eis sua justiça, eis sua moral! E pensar que há entre nós democratas que sustentam que o governo tem seu lado bom; socialistas que defendem, em nome da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade, essa ignomínia; proletários que se candidatam à presidência da República! Hipocrisia!

Pierre-Joseph Proudhon

Idée Générale de la Révolution au XIXe siècle.



Bakunin discursando em Basiléia, 1869,
durante o Congresso da Primeira Internacional.

Bakunin e a Primeira Internacional

Os primeiros congressos

A Associação Internacional dos Trabalhadores foi constituída em Londres durante o *meeting* de Saint Martins Hall, em 29 de setembro de 1864. Ela realiza seu primeiro congresso em Genebra, de 3 a 8 de setembro de 1866. Na ausência de Marx, a influência dos proudhonianos franceses é preponderante; estes últimos vêm na extensão do “mutualismo” a chave da emancipação operária; querem fundar a troca pela “organização de um sistema de crédito mútuo e gratuito”; recusam-se a destruir a sociedade existente por greves ou pela revolução, mas querem apenas ordená-la.

No Congresso de Lausanne (2 a 8 de setembro de 1867) os proudhonianos reconhecem que “a emancipação social dos trabalhadores é inseparável de sua emancipação política”. Todavia, na França, as perseguições engajadas pelo governo imperial contra a seção parisiense da Internacional, presidida por Tolain, resultam na dissolução da Comissão parisiense. Eugène Varlin, eleito para o segundo *bureau* da seção francesa, aderiu às concepções dos coletivistas antiestatistas ou comunistas não-autoritários. Sua influência suplanta assim as teses “mutualistas” de Tolain.

O Congresso de Basiléia (5 a 12 de setembro de 1869) confirma as afirmações precedentes. Seria o declínio do proudhonismo ou, então, a tomada de consciência dos proudhonianos, doravante convictos da inelutável ligação entre revolução social e revolução política? O congresso conclama enfim os trabalhadores a “dedicar-se ativamente para criar sociedades de resistência nos diferentes corpos de ofícios”. Essas socie-

dades de resistência ou sindicatos são, contudo, para Eugène Varlin, uma alavanca, um método de educação, uma escola de combate rumo à Revolução.

As idéias de Marx prevalecem de uma certa maneira. “Os senhores parisienses tinham a cabeça repleta das frases mais vazias de Proudhon; falam de ciência e nada sabem.” Entretanto, o conflito coletivismo autoritário contra mutualismo anarquizante transforma-se agora em duelo entre Marx e Bakunin.

Bakunin, o revolucionário (1814-1876)

“Bakunin e a revolução confundem-se”, diziam. “Os anarquistas o reivindicam”, escreveram. E. Kaminski tem sem dúvida razão quando afirma:

Há, sem dúvida, poucos homens que se tenham tornado anarquistas unicamente porque leram as obras de Bakunin (inversamente aos marxistas para os quais o conhecimento da doutrina de Marx é com freqüência primordial). Os anarquistas encontram-no em seu caminho, e não precisam deixar-se convencer por ele, reconhecem-se de imediato nele. Encontram nele seu ideal: o homem de ação que está perpetuamente em ação. E eis seu precursor! A história do encontro de um anarquista com Bakunin morto ou vivo é sempre a mesma. Paixão arrebatadora. Sua coincidência teórica é apenas posterior.

Efetivamente, a biografia de Bakunin revela a história de uma força da natureza pouco comum.

Mikhail Bakunin, nascido em 8 de maio de 1814, é o terceiro filho de uma família de nobres liberais russos retirados para os seus domínios após o fracasso do movimento decembrista de 1825. Seu pai, senhor que reina sobre mil “almas”, envia-o à Escola de Artilharia de São Petersburgo. Após ter pedido baixa do exército, vai para a Universidade de Moscou, freqüenta os “ocidentais” e os “eslavófilos”, lê Fichte, Kant, Hegel, conserva por sua irmã Tatiana um amor intenso. Aos 26 anos, parte para Berlim a fim de lá se preparar à carreira de professor universitário. A



filosofia alemã revelá-lhe a face da revolução e, portanto, seu próprio destino. Em 1842, está em Dresden e freqüenta a nobreza saxã; lê os teóricos socialistas franceses. Vigiado pela polícia, vai para a Suíça, detém-se por um momento em Zurique e Berna, mas sempre vigiado, parte para a Bélgica, depois vai para Paris, onde se instala em julho de 1844. Ali freqüenta os democratas e os socialistas; discute noites inteiras com Proudhon; declara-se publicamente solidário com os poloneses subjugados pelo regime czarista e recusa-se naturalmente a obtemperar ao ucasse que lhe ordenava que retornasse à Rússia.

1848! A Revolução eclode por toda a Europa. Em Paris, Bakunin lança-se em todas as frentes. “Que homem! Que homem!”, diz o chefe de polícia Caussidière. “No primeiro dia da Revolução, ele faz maravilhas, mas no segundo, é preciso fuzilá-lo. É que, com efeito, na revolução essa “festa sem começo e sem fim”, Bakunin é “como um ébrio”, vendo todo mundo e não vendo ninguém. Entusiasmo, exaltação... Lucidez, também, pois Bakunin compreende que “se a realeza não desaparecer completamente da superfície da Europa” a Revolução perecerá.

Barricadas e prisão

Bakunin fomenta, então, o projeto de sublevar a Polônia. Feliz por livrar-se de tal personagem, o governo francês entrega-lhe dois mil francos. Sozinho com a sua chama revolucionária, Bakunin parte para o leste. Na Alemanha, encontra Karl Marx. Vigiado pela polícia prussiana, segue para a Boêmia onde espera rebelar o exército que permaneceu fiel ao imperador da Áustria. Vã esperança. As tropas do general Windischgraetz esmagam as barricadas de Viena e aquelas de Praga, nas quais Bakunin lutou bravamente.

Seus fracassos não o abatem, bem como as calúnias difundidas pela *Neue Rheinische Zeitung*, revista de Marx designando Bakunin como um agente a soldo da Rússia; calúnias que a redação deverá, por sinal, desmentir pouco depois. Expulso da Prússia e de Saxe, Bakunin lança seu célebre *Apelo aos Eslavos*, primeiro documento que preconiza a constituição em Estados dos Eslavos não-russos, enquanto Engels e Marx ainda afirmam:

Povos que nunca tiveram história... que não têm nenhuma vitalidade, jamais alcançarão qualquer independência.

No início de maio de 1849, em Dresden, erguem-se barricadas para deter os prussianos. Ao lado de Richard Wagner, Bakunin está uma vez mais com os insurretos. Seu título de ex-oficial dá-lhe um posto no estado-maior insurrecional. Mas o romantismo nada pode contra as tropas aguerridas de Frederico Guilherme. Os prussianos prendem Bakunin, condenam-no à morte, entregam-no aos austríacos, que o condenam à forca, depois, entregam-no, enfim, aos russos (maio de 1851).

Ei-lo, aos 37 anos, cativo do czar Nicolau I. Encerrado na velha fortaleza Pedro e Paulo, em São Petersburgo, vê entrar em sua cela, dois meses mais tarde, o conde Orloff, ministro do Interior. O visitante incita o prisioneiro a endereçar ao czar uma "confissão escrita". Após reflexão, Bakunin aceita e põe-se a redigir um longo e curioso documento; as frases de humilhação em relação a "Vossa Majestade Imperial, Mui Graciosa Majestade" mesclam-se às descrições de uma Rússia amedrontada onde tudo é opressão e ao relato da epopéia revolucionária da Europa.

Esse arrependimento fictício não tem realmente por objetivo senão a obtenção do fim do pavoroso isolamento no qual Bakunin é mantido. É apenas em fevereiro de 1857 que Alexandre II consente comutar o encarceramento em deportação perpétua na Sibéria. O cativo ali permanece quatro anos; foge pelo Japão, San Francisco e Nova York. No final de dezembro de 1861, encontra-se em Londres junto a seu velho amigo, o escritor Alexandre Herzen, que publica o célebre jornal *Kolokol* (O Sino) preconizando um regime republicano e socialista. E é de novo a aventura!

Em 1863, Bakunin viaja para a Suécia com a esperança de lá alcançar a Polônia para apoiar a insurreição que ribomba. Após o insucesso desta última, estabelece-se na Itália e pensa um projeto de revolução radical. Em setembro de 1868, funda a "Aliança Internacional da Democracia Socialista" que afirma querer "antes de tudo a abolição definitiva e inteira das classes e a igualização política, econômica e social dos indivíduos dos dois sexos". Os irmãos Reclus, Jules Guesde, Benoît Malon, Ferdinand Buisson, Victor Dave, Alfred Naquet, James Guillaume... são membros dessa Aliança que reconhece que todos os Estados políticos e autoritários atualmente existentes deverão desaparecer na união universal das livres federações tanto agrícolas quanto industriais.

Desde julho de 1868, Bakunin adere à Associação Internacional dos Trabalhadores como membro da Seção Central de Genebra. Em 28 de julho de 1869, o Conselho Geral, instalado em Londres, admite como seção aderente aquela da Aliança da Democracia Socialista de Genebra.

Essa adesão (e Marx o pressentia) não deixaria de relançar as controvérsias que já se haviam manifestado entre marxistas e proudhonianos.

As idéias de Bakunin

Todas as concepções do anarquismo resumem-se em Bakunin em uma palavra: *Liberdade*. É verdade, a destruição total da sociedade existente é o primeiro ato para fundar o novo mundo. É verdade, a única forma de organização é a livre federação das comunas, das regiões, dos países e dos povos. Mas a Liberdade não poderia sofrer nenhum cons-

trangimento. Uma ditadura revolucionária, mesmo provisória, não pode, pois, ser considerada. Teórico da anarquia positiva, Bakunin rejeita totalmente toda autoridade bem como todo poder:

Rejeitamos toda legislação, toda autoridade e toda influência privilegiada, patenteada, oficial e legal, mesmo emanada do sufrágio universal, convictos de que ela jamais poderia orientar-se senão em proveito de uma minoria dominante e exploradora, contra os interesses da imensa maioria subjugada.

Eis por que Bakunin não hesita em escrever:

A verdadeira unidade da Internacional... está nas aspirações comuns e no movimento espontâneo das massas populares de todos os países, e não em um governo qualquer que seja, nem em uma teoria política uniforme, imposta por um Congresso geral a essas massas...

Pergunto-me como ele [Marx] faz para não ver que o estabelecimento de uma ditadura universal coletiva ou individual, de uma ditadura que faria, de certo modo, o trabalho de um engenheiro-chefe da revolução mundial, regulando e dirigindo o movimento insurrecional das massas em todos os países como se dirige uma máquina, que o estabelecimento de tal ditadura bastaria por si só para matar a revolução, paralisar e falsear todos os movimentos.

A liberdade exige, portanto, a luta contra toda autoridade: estatista, religiosa, intelectual, moral, econômica, social, militar. O Estado! O que ele representa? A resposta de Bakunin é clara:

A soma das negações das liberdades individuais de todos os seus membros; ou então, aquela dos sacrifícios que todos os seus membros fazem, renunciando a uma porção de sua liberdade em proveito do bem comum... Assim, lá onde começa o Estado, cessa a liberdade individual e vice-versa... O Estado sempre foi o patrimônio de uma classe privilegiada qualquer: classe sacerdotal, classe nobiliária, classe burguesa, classe burocrática... O Estado é a autoridade, a dominação e o poder organizado das classes possuidoras e pretensamente esclarecidas sobre as massas.

Deus!

Aquele que quer adorar Deus deve, sem se fazer pueris ilusões, renunciar bravamente à sua liberdade e a à sua humanidade.

Qual é, com efeito, a essência da religião? A resposta é clara:

o empobrecimento, o aniquilamento e a subjugação, sistemáticos, absolutos da humanidade em proveito da divindade.

A liberdade também exige a igualdade e a justiça. Convém trabalhar para o triunfo de uma organização social que garanta a cada ser humano, homem ou mulher, felizes e fáceis condições de existência, de educação, de bem-estar. Meios pacíficos não poderão abater a coalizão dos privilégios e dos interesses estabelecidos; a ação política não pode ser considerada. Se é verdade que

os revoltados mais furibundos, quando se encontram na massa dos governados, tornam-se conservadores excessivamente moderados assim que ascendem ao poder, uma câmara eleita, um parlamento burguês está condenado a nunca fazer outra coisa que legiferar sobre a escravidão do povo e votar todas as medidas que terão por objetivo eternizar sua miséria e sua ignorância.

Deve-se, então, admitir a via revolucionária, organizar a revolução que “só poderá se fazer, em última instância, pelo povo”, revolução cujo incêndio deve arder todos os Estados do mundo, revolução de certo modo natural visto que o mito de Adão e Eva ensina que, diferentemente dos outros animais, o homem é dotado de “duas faculdades preciosas: a faculdade de pensar e a faculdade, a necessidade de revoltar-se”.

A influência de Bakunin no seio da Internacional

A oposição dos coletivistas partidários da propriedade coletiva e dos mutualistas partidários da propriedade individual e da livre associação sob

forma contratual e federativa, essa oposição encontra-se reforçada pela adesão de Bakunin à Internacional.

No Congresso de Basileia, em 1869, a quase totalidade dos delegados, dentre os quais Bakunin, pronunciou-se pela propriedade coletiva. Mas duas correntes distintas esboçam-se: uma representada pelos socialistas ingleses, alemães, suíços alemães escolhe com Marx o comunismo de Estado, ao menos temporariamente. A outra reúne os belgas, com César de Paepe, os espanhóis, uma grande parte dos franceses, em torno de Eugène Varlin, e os suíços românicos com Bakunin. Esse segundo grupo reivindica naquele momento o título de *coletivistas* para diferenciar-se dos *comunistas*.

Um segundo ponto diferencia os dois grupos: como organizar a Internacional? Os *comunistas* pregam a instalação de uma rigorosa centralização, os *coletivistas* reivindicam a completa autonomia das seções.

A influência de Bakunin dissemina-se solidamente em todas as seções italianas. Suas viagens em companhia de Antonia, sua mulher (desposada na Sibéria), conduziram-no, com efeito, a Florença, Nápoles, à ilha de Ísquia. Um de seus discípulos, Giuseppe Fanelli, ex-garibaldino, funda na Espanha as seções de Barcelona e Madri.

Na Suíça

Mas é sobretudo no Jura suíço que as idéias de Bakunin encontram um eco favorável. A questão social é particularmente aguda no cantão de Neuchâtel, onde a relojoaria assegura um trabalho pouco remunerador aos artesãos das cidadezinhas de La Chaux-de-Fonds, do Locle, de Saint-Imier. Constantin Meuron, fugitivo de uma fortaleza prussiana, James Guillaume, exercem ali uma influência não negligenciável. Entre Guillaume e Bakunin estabelece-se muito rápido uma sólida amizade.

Ora, em Genebra, a seção da Aliança da Democracia Socialista, fundada por Bakunin, não pôde fazer-se admitir no seio da Federação das seções românicas, ainda que o Conselho Geral da Internacional tivesse enfim aceitado a adesão dessa Aliança. Em 4 de abril de 1870, o Congresso regional de La Chaux-de-Fonds ou Congresso da Federação Ro-

mânica vê operar-se uma cisão entre os minoritários, quer dizer, os genebreses hostis à Aliança e os majoritários ou seções do Jura, que apóiam a Aliança e constituem desde logo com ela uma federação dissidente que assumirá no outono de 1871 o nome de Federação Jurassiana.

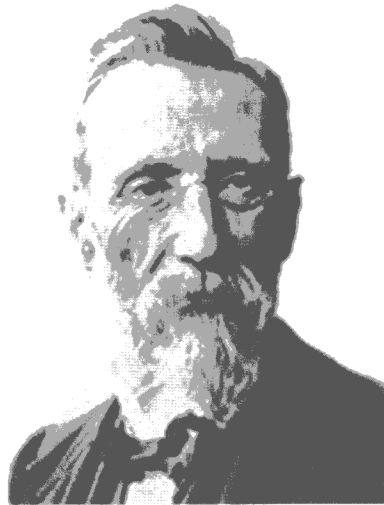
Os dissidentes opõem-se aos minoritários em relação a uma questão essencial: a ação política é, sim ou não, um meio de emancipação? Considerando “que toda participação da classe operária à política burguesa governamental só pode ter como resultado a consolidação da ordem de coisas existentes, o que paralisaria a ação revolucionária socialista do proletariado”, os jurassianos recusam-se a pensar a transformação social “por meio das reformas políticas nacionais” e querem criar as federações de corpos de ofício.

De 17 a 23 de setembro de 1871, o Congresso de Londres decide que a ação política é uma obrigação e convida os dissidentes bakuninistas do Jura a juntar-se à Federação de Genebra ou a constituir-se como federação autônoma. Os jurassianos organizam então o Congresso de Sonvillier, no Jura bernês, em 12 de novembro de 1871. Esse Congresso reúne oito seções montanhesas, membros da democracia socialista naquele momento já dissolvida, e comunalistas parisienses refugiados na Suíça, tais como Jules Guesde, Lefrançais, Benoît Malon; Bakunin, instalado em Locarno, não assiste ao Congresso que dá oficialmente origem à Federação Jurassiana. Federação que, de saída, afirma a autonomia da base porquanto seu Comitê Federal

não está investido de qualquer autoridade. Ele simplesmente desempenha o papel de *bureau* de informação de correspondência e estatística. As seções, ao entrar na federação, conservam sua autonomia absoluta... O presente estatuto é revisável todo o tempo, a pedido de uma seção.

Em 1872, o Conselho Geral londrino da Internacional denuncia o espírito anarquista em uma circular privada difundida em todas as seções nas quais os opositores não querem ver senão “a arma habitual do sr. Marx, um monte de imundícies”.

O 5º Congresso da Internacional realiza-se, então, em Haia, de 2 a 7 de setembro de 1872. Os jurassianos participam com o objetivo de soli-



James Guillaume
(1844 - 1916)

Ele é seguramente o principal ator da história da Federação Jurasiana. Filho de um conselheiro de Estado e jovem professor no Locle, foi demitido de suas funções por causa de suas atividades locais na A.I.T. e de suas opiniões religiosas pouco ortodoxas; estabeleceu-se em Neuchâtel, onde permanecerá até 1878, trabalhando de início na tipografia familiar, depois vivendo de traduções e aulas. Durante nove anos redigirá os jornais da Internacional no Jura...

Sua fé na revolução implica um ascetismo na vida cotidiana, uma moral muito puritana; ancorado na realidade de seu país e de seu tempo, ele sabe que o que propõe não tem valor universal, que a revolução não tem muita chance na Suíça e que é lá, contudo, que se deve dar a maior atenção. Com os homens de sua facção, desempenhará sempre o papel de mediadores e moderadores, recusando o qualificativo de anarquista, que ele acha extremista e ofensivo, ao qual prefere aquele mais explícito de coletivista.

Marianne Enckell
La Fédération Jurassienne, pp. 23-24.

citar “a abolição do Conselho Geral e a supressão de toda autoridade na Internacional”. Todavia, na ausência dos italianos, que se recusam a deslocar-se a uma cidade tão distante, os amigos de Marx detêm uma sólida maioria. Todos os apelos dos minoritários em favor da autonomia federativa permanecem, portanto, sem eco. A autoridade do Conselho Geral é mantida. E, após um animado debate, vota-se a transferência da sede do Conselho Geral de Londres para Nova York.

Os marxistas pensam assim conservar mais facilmente um poder que os anarquistas podiam ameaçar; os reformistas ingleses e os blanquistas abandonam o Congresso. E, por 27 votos contra 7 e 8 abstenções, o Congresso pronuncia a exclusão de Bakunin seguida daquela de James Guillaume. A vitória de Marx é, contudo, uma vitória ainda problemática. A Associação Internacional dos Trabalhadores encaminha-se para sua dissolução. A aspiração à unidade do mundo socialista e operário, a originalidade e as preocupações divergentes dos meios nacionais revelam-se naquele momento inconciliáveis.

De um lado, um socialismo de Estado, embasado na autoridade, projetando a ditadura do proletariado, conclamando os socialistas a conquistar as engrenagens do Estado. Do outro, o ódio pelo Estado, o desejo de ver surgir em seu lugar uma sociedade federal com base em comunas livres e associações de produtores. Aqui, a autoridade; acolá, uma cooperação voluntária. Na Espanha, na Itália, na Bélgica, os internacionalistas desposam as teses libertárias, às quais se junta igualmente uma parte dos franceses. Ingleses e suíços, mais reservados, inclinam-se também para as idéias bakuninistas. Quanto aos alemães, eles acompanham Marx. Mas é verdade que o fracasso da Comuna de Paris e a repressão que se segue desferiram um golpe severo contra as esperanças revolucionárias.

Uma influência inquestionável na Comuna de Paris

A propaganda oficial dos versalheses esforçou-se para pintar a Comuna como uma conspiração fomentada do estrangeiro por aventureiros instalados em Londres. Ora, em 4 de setembro de 1870, o Comitê Central

da Internacional dirige aos operários franceses uma advertência contra toda “insurreição prematura”.

A Comuna só durou setenta e três dias: 18 de março a 28 de maio de 1871. Todavia, ela tentou inscrever na realidade, por uma série de medidas administrativas, econômicas, políticas, o essencial das teorias proudhonianas. Em 23 de março de 1871, o Comitê Central define seus objetivos:

a autonomia comunal, o fim do princípio de autoridade, a liberdade, a solidariedade, o crédito, a associação... em resumo, a revolução comunal, base da revolução social.

No dia seguinte às eleições (legais, visto que o apelo ao sufrágio universal foi contra-assinado pelos prefeitos dos *arrondissements* parisienses e aprovado por Thiers, chefe do poder executivo) a Comuna instala-se em 28 de março de 1871. Beslay, amigo de Proudhon, pronuncia o discurso de inauguração.



Federados na Place de Clichy, em 18 de março de 1871.

Nos dias 19 e 20 de abril, a Declaração ao povo francês expõe o programa da Comuna. Essa declaração foi redigida por Pierre Denis e Delescluze, ambos proudhonianos. Ela reivindica

a autonomia absoluta da comuna estendida a todas as localidades da França... e tendo por limites apenas o direito de intervenção igual para todas as outras comunas aderentes ao contrato, cuja associação deve assegurar a Unidade francesa.

Eis aí o federalismo total, e, conseqüentemente, o nome de “federados” dado a todos os partidários da Comuna.

Ela reivindica igualmente

a escolha por eleição ou concurso, com a responsabilidade, e o direito permanente de controle e revogação dos magistrados ou funcionários comunais de todos os tipos. A garantia absoluta da liberdade individual, da liberdade de consciência e da liberdade do trabalho. A intervenção permanente dos cidadãos nos assuntos comunais pela livre

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE
N° 42 LIBERTÉ — ÉGALITÉ — FRATERNITÉ N° 42

COMMUNE DE PARIS

La Commune de Paris DÉCRÈTE :

- 1° La conscription est abolie;**
- 2° Aucune force militaire, autre que la garde nationale, ne pourra être créée ou introduite dans Paris;**
- 3° Tous les citoyens valides font partie de la garde nationale.**

Hôtel-de-Ville, le 29 Mars 1871.

LA COMMUNE DE PARIS.

manifestação de suas idéias. A organização da defesa urbana e da guarda nacional que elege seus chefes e zela apenas pela manutenção da ordem na cidade.

Em 11 de março de 1870, Eugène Varlin publica no jornal de Rochefort, *La Marseillaise*, um longo artigo sobre a revolução social, artigo que afasta o comunismo de Marx e prega um coletivismo libertário:

... Quem, em resumo, vai organizar a produção e a repartição dos produtos? A menos que se queira tudo reconduzir a um Estado centralizador e autoritário que nomearia os diretores de fábricas, manufaturas, escritórios, repartição, cujos diretores nomeariam por sua vez os subdiretores, contramestres, chefes de oficina etc. e chegar, assim, a uma organização hierárquica de cima para baixo do trabalho na qual o trabalhador não seria mais que uma engrenagem inconsciente, sem liberdade nem iniciativa, a menos que se queira isso, somos forçados a admitir que os próprios trabalhadores devem ter a livre disposição, a posse de seus instrumentos de trabalho, sob a condição de



Eugène Varlin (1839-1871)

trazer em permuta seus produtos ao preço de custo, a fim de que haja reciprocidade de serviços entre os trabalhadores das diferentes especialidades.

Para os anarquistas, os ensinamentos da experiência dos comunistas permanecem sempre atuais.

- **Luta anticlerical.** A Comuna afirma seus sentimentos anticlericais, laiciza o ensino, separa a Igreja do Estado, suprime o orçamento dos cultos, declara “propriedades nacionais” os bens da Igreja.

- **Antimilitarismo.** Abolição do exército. O exército permanente “que pega homens e devolve escravos”, dizia Eugène Varlin, é substituído pelo povo armado.

- **Internacionalismo.** Fraternalização com todos os povos marcada pela exaltação da bandeira vermelha e pela queda da coluna Vendôme, símbolo da “prostituição monárquica e da conquista guerreira.

- **Autonomia e federalismo das comunas.**

- **Democracia direta, de baixo para cima.** A soberania do povo afirma-se sem intermediário. O Conselho da Comuna, os Clubes, a Federação da Guarda Nacional refletem o triunfo da “base”.

Trata-se, portanto, do fim do Estado tradicional. O princípio anarquista opõe-se, assim, ao caráter ditatorial da comuna jacobina. É

o fim do velho mundo governamental e clerical, do militarismo, do funcionarismo, da exploração, da agiotagem, dos monopólios, dos privilégios, aos quais o proletariado deve sua servidão, e a Pátria, suas infelicidades e seus desastres.

Uma figura lendária:

Louise Michel (1830-1905)

Louise Michel nasceu em 29 de maio de 1830, no castelo de Vroncourt, pequeno vilarejo de Haute-Marne, a algumas léguas de Domrémy.

Seu pai, que ela chama de “Avô”, é o senhor do local, Etienne-Charles Demahis, sua mãe, Marianne Michel, uma das criadas do senhor. Senhor, de resto, fidalgo epicuriano, voltairiano, republicano convicto.

Aos seis anos, Louise devora *Les paroles d'un croyant*, de Lammenais. Escreve Louise Michel:

A partir desse dia, pertenci à massa; a partir desse dia, eu subia de etapa em etapa através de todas as transformações do pensamento, de Lammenais até a anarquia.

“Avô” evoca com ela as grandes figuras revolucionárias, as aspirações populares; assegura-lhe uma sólida instrução. Muito jovem, Louise envia versos a Victor Hugo, que a encoraja a continuar e manterá com sua “criança terrível” uma correspondência que se estenderá por vinte anos. Com a morte do sr. e da sra. Demahis, Louise herda uma bela fortuna, que ela distribui em múltiplos donativos. Em janeiro de 1853, munida de seu diploma, começa sua carreira de professora “livre”; recusando-se a prestar juramento a Napoleão III, ela não pode, com efeito, ingressar no ensino público.



Em 1856, ei-la em uma instituição de moças, na rua Château d'Eau em Paris. Frequenta os clubes republicanos, conhece Émile Eudes, Varlin, Rigault, Tolain, Jules Vallès; torna-se por um tempo preceptora de Solange, filha de Georges Sand; participa das reuniões e manifestações republicanas. Durante o cerco de Paris, 1870-1871, Louise Michel trabalha pela união das mulheres pela defesa e pelos cuidados aos feridos; anima reuniões públicas; participa dos movimentos que se esforçam para abater o governo. Durante a Comuna, Louise é soldado e combate em Montmartre, Montrouge, Moulineaux, Clignancourt, sem se preocupar com as balas e os obuses. Para salvar sua mãe, detida em sua ausência, entrega-se aos versalheses, e conhece, então, a lama e as sinistras realidades do campo de Satory. Na prisão de Versalhes, continua a afirmar suas convicções em uma série de poemas como “Les oeillets rouges”, “La Révolution vaincue”, “A mes frères”.

Em 16 de dezembro de 1871, Louise Michel é levada ao Conselho de Guerra de Versalhes. Sob seu longo xale negro, a acusada não renega nada:

Pertenço por inteiro à Revolução social... Tomai a minha vida se quiserdes... Porquanto parece que todo coração que bate pela liberdade só tem direito a um pouco de chumbo, reivindico a minha parte! Se me deixásseis viver, eu não deixaria de clamar vingança e denunciaria à vingança de meus irmãos os assassinos da Comissão das graças...

Condenada à deportação perpétua em uma fortaleza, é transferida para a prisão central de Auberive, em Marne; em seguida, a matrícula “2182” é transferida ao presídio de Numea ao final de uma longa viagem de quatro meses. Durante os oito anos passados em Nova Caledônia, Louise Michel abre uma escola para os filhos dos deportados; estuda botânica; visita as tribos canaque.

A anistia de 1880 traz de volta os proscritos. Até a sua morte, ocorrida em 10 de janeiro de 1905, em Marselha, aquela que o povo denomina “A Virgem Vermelha”, e os burgueses “La Pétroleuse” [Incendiária], não cessa de propagar, por toda a França, seu ideal anarquista.



Louise Michel no campo de Satory (Versalhes).



Excerto do processo de Louise Michel Versalhes, dezembro de 1871

O juiz: Ouvistes os fatos de que vos acusam. O que tendes a dizer em vossa defesa?

Louise Michel: Não quero defender-me, não quero ser defendida. Pertencço por inteiro à revolução social, e declaro aceitar a responsabilidade de meus atos. Eu a aceito completamente e sem restrição. Censurai-me por ter participado do assassinato dos generais? A isso, responderei SIM, se eu me encontrava em Montmartre quando eles quiseram disparar contra o povo. Eu mesma não teria hesitado atirar naqueles que davam tais ordens. Contudo, quando foram feitos prisioneiros, não compreendo por que foram fuzilados, e considero esse ato como uma grande covardia!

Quanto ao incêndio de Paris, sim, participei dele. Eu queria opor uma barreira de chamas aos invasores de Versalhes. Não tive cúmplices nesse ato. Agi segundo minha própria iniciativa.

Dizem também que sou cúmplice da Comuna! Seguramente sim, visto que a Comuna queria antes de tudo a revolução social, e a revolução social é o mais caro de meus desejos. Mais ainda, tive a honra de ser um dos promotores da Comuna, que não tem nada a ver, saibam disso, com os assassinatos e os incêndios. Eu, que assisti a todas as sessões do Hôtel de Ville, declaro que nunca se tratou ali de questões de assassinatos ou incêndio. Quereis conhecer os verdadeiros culpados? É a polícia; mais tarde, talvez, a luz se fará sobre todos esses acontecimentos pelos quais acho hoje bem natural responsabilizar todos os partidários da revolução social.